



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL ESTADO DO PARANÁ

## PADRÃO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 – EDITAL DE ABERTURA Nº 01.001/2018

De acordo com o Edital de abertura n.º 01.001/2018, do Concurso Público da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul – PR, segue:

### 14. DA PROVA DISCURSIVA

14.1 Para os cargos de **Nível Superior** o candidato deverá obter, no mínimo, a pontuação estabelecida no **subitem 12.25** deste Edital e estar classificado até o limite disposto na **Tabela 14.1 para não ser eliminado e ter sua prova discursiva corrigida, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.**

14.1.1 Para não ser eliminado do Concurso Público e ter a Prova Discursiva corrigida, os candidatos inscritos como **Pessoa com Deficiência - PcD** deverão atingir, no mínimo, a pontuação estabelecida no subitem 12.25, deste Edital e estar classificado até o limite disposto na Tabela 14.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

14.1.2 Para não ser eliminado do Concurso Público e ter a Prova Discursiva corrigida, os candidatos inscritos como **Afrodescendentes** deverão atingir, no mínimo, a pontuação estabelecida no subitem 12.25, deste Edital e estar classificado até o limite disposto na Tabela 14.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

14.1.3 Todos os candidatos empatados com o último colocado na prova objetiva, dentre o limite estabelecido na **Tabela 14.1** terão sua prova discursiva corrigida.

**Tabela 14.1**

| CARGOS                 | NUMERO MÁXIMO DE AVALIAÇÕES PARA CORREÇÃO |
|------------------------|---|
| Advogado               | 20  |
| Contador               | 20  |
| Analista Legislativo   | 20  |
| Oficial Administrativo | 20  |

14.2 A prova discursiva será composta por 02 (duas) questões de Conhecimentos Específicos conforme Anexo II – dos Conteúdos Programáticos.

14.3 A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

**Tabela 14.2**

| ASPECTO   | PONTUAÇÃO MÁXIMA POR QUESTÃO |
|---|------------------------------|
| Conhecimento técnico-científico sobre a matéria | 1,25                         |
| Atendimento ao tema proposto na questão         | 1,25                         |
| Clareza de argumentação/senso crítico           | 1,25                         |
| Utilização adequada da Língua Portuguesa        | 1,25                         |

14.4 O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero):

- em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado e ao tema proposto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
- apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- não apresentar as questões redigidas na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco;
- apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos);

14.5 A correção da prova discursiva será realizada por uma Banca Examinadora, conforme os aspectos mencionados da Tabela 14.2, da seguinte forma: será atribuída a nota máxima de 5,00 (cinco) pontos para cada questão.

14.6 O candidato deverá obter **5,00 (cinco) pontos ou mais** na soma das questões discursivas para não ser eliminado do concurso público.

14.7 A folha da VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da prova discursiva.

14.8 O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta de cada questão da prova discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

14.9 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase.

## CARGO: ADVOGADO

Questão 31

De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Nesse sentido, explique cada um dos princípios constitucionais acima mencionados.

### RESPOSTA:

O art. 37 da Constituição Federal estabelece os princípios constitucionais do direito administrativo, sendo: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Legalidade é o princípio no qual permite-se a atuação do agente público, ou da Administração, apenas se permitida, concedida ou deferida por norma legal, não se admitindo qualquer atuação que não contenha prévia e expressa permissão legal.

Impessoalidade significa tanto a atuação impessoal genérica, ligada à finalidade da atuação administrativa que vise à satisfação do interesse coletivo, sem corresponder ao atendimento do interesse exclusivo do administrado, como também significa a imputação da atuação do órgão ou entidade estatal, não o sendo quanto ao agente público, pessoa física, como ainda a isonomia, porque obrigatório o tratamento igualitário de todos os administrados.

Moralidade corresponde à proibição de a atuação administrativa distanciar-se da moral, dos princípios éticos, da boa-fé, da lealdade. Nesse sentido a atuação administrativa não pode contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade, os deveres da boa administração.

Publicidade é o princípio no qual tem-se o dever de dar publicidade, ou seja, de levar o conhecimento do ato ou da atividade administrativa a terceiros, a fim de facilitar o controle e conferir possibilidade de execução.

E, por fim, o princípio da eficiência tange ao agente público, que não pode atuar amadoristicamente, devendo buscar a consecução do melhor resultado possível, como também diz respeito à forma de organização da Administração Pública, que deve atentar para os padrões modernos de gestão ou administração, vencendo o peso burocrático e justo, atualizando-se e modernizando-se.

Questão 32

A usucapião constitui uma situação de aquisição do domínio, ou de outro direito real (caso de usufruto ou da servidão), pela posse prolongada, permitindo a lei que uma determinada situação de fato alongada por certo intervalo de tempo se transforme em uma situação jurídica: a aquisição originária da propriedade. Nesse sentido, de acordo com o artigo 1243 do Código Civil, elenque e explique as principais características para que reste evidenciada a posse *ad usucapionem*.

### RESPOSTA:

De acordo com o art. 1243, são características da usucapião: posse com intenção de dono (aninus domini); posse mansa e pacífica; posse contínua e duradoura; posse justa e posse de boa-fé.

Posse com intenção de dono – deve ter como conteúdo a intenção psíquica do usucapiente de se transformar em dono da coisa.

Posse mansa e pacífica – é a posse exercida sem qualquer manifestação em contrário de quem tenha legítimo interesse, ou seja, sem a oposição do proprietário do bem.

Posse contínua e duradoura – a posse somente possibilita a usucapião se for sem intervalor, ou seja se não houver interrupção, salvo nos casos de soma de posses sucessivas. Quanto à duração, há prazos estabelecidos em lei, de acordo com a correspondente modalidade de usucapião.

Posse justa – a posse usucapível deve se apresentar sem os vícios objetivos, ou seja, sem a violência, a clandestinidade ou a precariedade. O justo título é aquele que seria hábil para transmitir o domínio e a posse se não existir nenhum vício que impeça tal transmissão.

Posse de boa-fé – para a usucapião ordinária, seja de bem imóvel ou móvel, a lei exige a boa-fé e o justo título. A boa-fé ocorre quando o possuidor não tem conhecimento de que a coisa é viciada, ou seja, possui obstáculos que impedem a sua aquisição.

## CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO

Questão 31

Diferencie dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação e cite ao menos dois exemplos de cada.

### RESPOSTA:

“A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável”.

#### EXEMPLOS DE INEXIGIBILIDADE:

- Compras de materiais e equipamentos que sejam fornecidos com exclusividade por uma única empresa, produtor ou representante comercial.
- Contratações de serviços técnicos elencados no art. 13 da lei 8666/93, profissionais de notória especialização, exceto os de publicidade.

#### EXEMPLO DE DISPENSA

- permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
- venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.

#### Questão 32

Diferencie direitos humanos de direitos fundamentais e cite ao menos dois exemplos de cada.

#### RESPOSTA:

**Direitos humanos** são aqueles ligados à liberdade e à igualdade que estão positivados no plano internacional. Já os **direitos fundamentais** são os **direitos humanos** positivados na Constituição Federal. Assim, o conteúdo dos dois é essencialmente o mesmo, o que difere é o plano em que estão consagrados.

EX: DIREITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DIREITO À VIDA.

### CARGO: CONTADOR

#### Questão 31

Com base na NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, explique os critérios contábeis para o reconhecimento e evidenciação de subvenções governamentais, bem como seus efeitos no ativo, passivo, resultado e no patrimônio líquido.

#### RESPOSTA:

Subvenção governamental, inclusive subvenção não monetária a valor justo, não deve ser reconhecida até que exista razoável segurança de que:

- (a) A entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção; e
- (b) A subvenção será recebida.

A subvenção governamental não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que ela será recebida. O simples recebimento da subvenção não é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas tenham sido ou serão cumpridas.

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- (c) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita nos períodos apropriados;
- (d) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação;
- (e) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

#### Questão 32

Faça a distinção entre as receitas provenientes de transações e eventos sem contraprestação e com contraprestação, prescritos nas NBC TSP 01 e NBC TSP 02, respectivamente.

#### RESPOSTA:

Embora as receitas recebidas pelas entidades do setor público se originem tanto das transações com contraprestação, quanto das sem contraprestação, a maioria das receitas dos governos e de outras entidades do setor público é derivada, tipicamente, de transações sem contraprestação, como:

- (f) tributos; e
- (g) transferências (monetárias ou não monetárias), incluindo subsídios, perdão de dívidas, multas, heranças, presentes e doações.

As entidades do setor público podem auferir receitas de transações com ou sem contraprestação. A transação com contraprestação é aquela segundo a qual a entidade recebe ativos ou serviços, ou tem passivos extintos, e diretamente entrega em troca um valor aproximadamente equivalente (prioritariamente sob a forma de bens, serviços ou uso de ativos) à outra parte. Exemplos de transações com contraprestação são:

- (a) a compra ou a venda de bens ou serviços; ou
- (b) o aluguel ou arrendamento de itens do ativo imobilizado a valor de mercado.

Em algumas transações, está claro que existe a troca de valor aproximadamente igual. Essas transações são com contraprestação e são abordadas na NBC TSP 02.

Em outras transações, a entidade recebe recursos sem nada entregar ou entrega valor irrisório em troca. Essas transações são claramente sem contraprestação e estão contempladas na NBC TSP 01.

Existe outro grupo de transações sem contraprestação nas quais a entidade pode fornecer alguma compensação diretamente em troca dos recursos recebidos, mas tal compensação não se aproxima do valor justo dos recursos recebidos. Nesses casos, a entidade determina se há combinação de transações com e sem contraprestação, sendo cada componente reconhecido separadamente.

## CARGO: OFICIAL ADMINISTRATIVO

### Questão 31

Conforme o §1º do Art. 6º, presente na Lei 8.987/95, algumas condições/princípios deverão ser atendidos para que se chegue ao serviço adequado. Cite 3 (três) exemplos dessas condições/princípios e descreva as suas principais características.

### RESPOSTA:

Para se chegar ao serviço público adequado, é necessário que algumas condições/princípios sejam atendidos. Alguns exemplos dessas condições são:

**Regularidade:** Este princípio exige que a prestação do serviço seja apresentada em um nível de qualidade aceitável. Reforçando ainda que este padrão de qualidade apresentado a primeiro momento, deverá ser mantido com regularidade e continuidade em momentos futuros.

**Continuidade:** Este também chamado de Princípio da permanência, consiste na premissa de proibição da interrupção total do desempenho de atividades do serviço público prestadas à população. Nele entende-se que o serviço consiste na forma pela qual o Poder Público executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados.

**Eficiência:** Afirma que o Servidor público é o encarregado por realizar tarefas com o objetivo de proporcionar o melhor atendimento à população, não importando o cargo que ocupa. Seu trabalho está a serviço da sociedade. Seu atendimento deve ser cordial e rápido.

Além desses princípios, outros exemplos são: segurança, atualidade, cortesia e generalidade. Todos podem ser exemplificados pelo candidato.

### Questão 32

A Lei 8.112/90 menciona as responsabilidades do servidor público, que, conforme o Art. 121, estão presentes nas esferas civil, penal e administrativa. Explique o que significam essas responsabilidades civis, penais e administrativas e cite exemplos de possíveis sanções para as 3 (três).

### RESPOSTA:

A responsabilidade do servidor está enquadrada em três esferas:

**Civil:** Diariamente, o servidor executa atividades e atos presentes na esfera civil, como, por exemplo, dirigir um veículo de propriedade do estado em vias públicas. Ao dirigir de forma imprudente, ele estará sujeito a cometer infrações e causar acidentes. Nesta hipótese, ele poderá sofrer como sanção uma multa.

**Penal:** Nesta mesma hipótese, em que o servidor, ao dirigir de forma imprudente, acabou provocando um acidente, há a possibilidade de uma fatalidade contra a vida de terceiros e, assim, ele responderá por um crime, podendo ser doloso ou culposo, dependendo de sua natureza.

**Administrativa:** Já na esfera administrativa, o servidor precisa respeitar os princípios e formas de prestação de serviço previstos pela constituição federal, de forma que, ao ferir qualquer um desses princípios e não corresponder com as expectativas, ele estará sujeito a um processo administrativo que, em alguns casos, pode resultar até em sua exoneração.

Reforçamos ainda que uma mesma infração pode estar presente nas três esferas e suas penalidades podem ocorrer de forma acumulativa e não excludente.

Campina Grande do Sul, 04 de julho de 2018.